



# Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro  
Poder Legislativo Municipal

Processo nº 596/2022	Fls
Rubrica CSL/CMPR	

Porto Real – RJ, 08 de novembro de 2022.

Memorando Interno N.º **027/CCJ/2022**

**Da: Presidência da Comissão Permanente de Constituição e Justiça**  
**Diego Graciani de Almeida**

**Para: Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.**  
**Vereador Renan Marcio de Jesus Silva**

**Assunto: Ofício nº 1371 de 31 de outubro de 2022, - que versa sobre as razões do veto total do autógrafo da Lei nº 830 e da Lei nº 830 de 28 de setembro de 2022**

*Sr. Presidente,*

Tendo em vista, o envio do Ofício nº 1371/GP/2022 de emissão do Poder Executivo Municipal, onde solicita Veto Total do Autógrafo da Lei 830/2022 e da Lei nº 830/2022 de 28 de setembro de 2022, com fulcro no artigo 78, inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c com o artigo 221 e seus parágrafos, do Capítulo V do Veto, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, esta Comissão, encaminha à V. Excia, para que de acordo, com o Regimento Interno desta Casa de Leis fique convocada a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, para que reunidos estudemos possibilidades de aceitar ou não o pedido do veto ao Autógrafo e à Lei 830/2022, de emissão do Poder Executivo Municipal.

.....  
Assinatura do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
Diego Graciani de Almeida

Corte aqui

Resposta do memorando **027/CCJ/2022**.

[  ] Sim - de acordo                      [  ] Não ( Justificar)

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
**Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**  
Renan Marcio de Jesus Silva

Obs se for o caso, justificar.:

Obs- Devolver assinado a coordenadoria de Serviços Legislativos  
**Documento Nº CSL 003**

*Av. Dom Pedro II, 1550, Centro, Porto Real - RJ Fone/Fax: (0XX24) 3353-2600*



Autenticar documento em <https://spl.cmportoreal.rj.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 310037003800380034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

